

XXI. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

ANTÔNIO JOSÉ ALBUQUERQUE DE ARAÚJO FILHO

SOLONILDO ALMEIDA DA SILVA

SIMONE CESAR DA SILVA

HELIVANE CANDIDO PEREIRA

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

RESUMO: Este artigo analisa a Educação a Distância (EAD) e o processo de mercantilização do ensino superior pelo qual atravessa a educação no contexto histórico diante da crise estrutural do capital. Para tanto, observamos a função que a EAD assumiu como meta de democratização do acesso ao ensino superior na esfera pública e privada. Mészáros (2011), por exemplo já alertava-nos que vivenciamos uma crise na estrutura do capital e suas consequências reverberam em todos os palcos sociais. Já, Jimenez, Mendes Segundo e Rabelo (2009), por sua vez, articula que a Educação para Todos (EPT) constitui em necessidade do capital para sua reprodução. Compreendemos, ainda, que a EAD exerce um papel de intensificação na precarização das atividades do professor. O Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) atrelam a EAD como condição à formação para a cidadania e a empregabilidade da força de trabalho e do mercado.

Palavras Chaves: Educação a Distância; Universidade; Mercantilização; Crise Estrutural do Capital.

INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EAD) é um projeto do capital destinado à formação da classe trabalhadora, portanto, não é possível desprezar o caráter classista desta modalidade de ensino. Nessa regência, o objetivo essencial é dissecar a EAD e a intensa mercantilização do ensino superior inseridas na lógica do desdobramento da crise estrutural na educação, condicionando a educação a redução aos danos causados pela queda tendencial da taxa de lucro. O deslocamento da educação superior para o mercado, tem como substrato o Estado Brasileiro, que seguidamente impõe reformas e políticas educacionais de acordo com as recomendações dos organismos internacionais.

A crise estrutural do capital e seus incrementos nas políticas educacionais brasileiras, sobretudo na formação do professor e a reforma desencadeada pelo Estado assegura a manutenção dos lucros pelo capital. Ao examinar as propostas das diretrizes da agenda internacional aos países membros da UNESCO, verificamos que a educação instala o Estado neoliberal produzindo e reproduzindo a geração do conhecimento fortalecendo na luta de classes a burguesia, que soergue artimanhas ideológicas para suplantiar o exercício do poder.

A crescente mercantilização do ensino superior ganhou maior visibilidade após a oferta do produto de educação a distância, *on line* ou virtual, manifestando, nos últimos tempos, as múltiplas facetas do complexo da educação no capitalismo em crise estrutural.

A educação superior brasileira, no âmbito geral, vem, na última década deste século XX, implantando profundas mutações, com consequências austeras para a mediação de transmissão e assimilação do conhecimento produzido pelo conjunto da humanidade, elegendo como prioridade os aspectos técnicos e tecnológicos, pautados nos princípios empresariais de competitividade de mercado e interrupção do tempo livre do trabalhador forçando sua suposta qualificação para trabalho.

a educação, não apenas como um elemento ideológico de convencimento da nova ordem neoliberal do capital, mas como uma mercadoria vendável e bastante lucrativa.

Assim sendo, o ensino formal, antes presencial, passa a ser ofertada em larga escala, a distância, sendo vendido em pacotes a baixo custo, aliado, com mínimos de conteúdo, gerando no cliente a necessidade de procurar o serviço novamente por não estar completamente satisfeito com o produto anterior.

Atualmente, o mercado de diplomas é bastante facilitado, na busca de atender o cliente/estudante, uma vez que a educação como uma mercadoria qualquer precisa agradar o consumidor, para tanto, os aparatos tecnológicos que lhe permita estudar à distância em suas horas vagas, foi à grande sacada do mercado da educação. Nessa direção, a mercadoria do EAD se torna a principal política institucionalizada pelo Estado brasileiro, conforme os receituários internacionais, é a única capaz de propiciar a universalização do ensino superior, no cumprimento das metas dos organismos internacionais.

A EAD, em nossa leitura, é a expressão da crise do capital na contemporaneidade, formalizando a mercantilização da educação superior, demonstrado em documentos oficiais, como exemplo Lei de Diretrizes e Bases (LDB), 9.394/96 e na lei 13.005/2014 do novo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado para o período de vigência entre 2014-2024¹, incentiva à utilização de aparelhos tecnológicos como ferramenta para o aprendizado de todas as áreas da educação, cujo alcance abrange todos os níveis e modalidade da educação.

As teses de Mészáros, afirmam que vivemos a crise mais profunda do sistema capitalista, em que todos os complexos sociais são coisificados e a educação torna-se uma variável econômica, ou seja, uma mercadoria

¹ Plano Nacional de Educação - Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. - Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 01 de jul.2015.

bastante lucrativa, demonstrando nesse processo que a célula da sociedade capitalista é a mercadoria.

O momento vigente do capitalismo em sua referida crise estrutural do capital (Mészáros, 2008), percebemos profundas reformas institucionais sob o intuito de reordenar os países na direção de contribuir com a reversão da tendência a queda da taxa de lucro, lançando uma educação longe de alçar os patamares do alto conhecimento. A educação é duramente atacada pelo processo de composição orgânica do capital, que pretende reverter a queda tendencial da taxa de lucro e, assim, sair da crise que assola o sistema desde a década de 1970. Na tentativa de solucionar a crise, na dimensão aparente do fenômeno, a educação se torna uma variável econômica, podendo o capitalismo a seu modo vender os pacotes educacionais para formar um novo perfil de trabalhador.

As políticas nacionais da educação brasileira, dentro das reformas educacionais, orientadas pelos organismos internacionais, principalmente o Banco Mundial, são implementações de um conjunto de ações, socioeducativas, com o discurso sedutor de universalização e democratização da educação, que, a nosso ver, traduz-se, apenas em estratégias necessárias à administração das contradições iminentes do capitalismo.

As políticas educacionais com a mediação da sociedade civil, associada ao complexo do empobrecimento e embrutecimento do trabalho, vem sendo manipulada em prol do capital, que provoca, por sua vez, por meio da teoria das competências, a negligência do conhecimento à classe trabalhadora, agravando a intensificação da precarização.

Neste contexto, a EAD é a única alternativa atribuída sob o ideário da teoria do capital humano (TCH), para a qualificação e formação de profissionais, com destaque na formação de professores, alinhando flexibilidade de tempo, sem necessidade de espaço físico institucional. Um meio para dar continuidade à sua formação, de maneira “acelerada” para o enfrentamento do problema da desqualificação profissional.

Desde o Decreto no 5.800, de 8 de julho de 2006, por sua vez, versa sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), mostrando o oferecimento prioritário de cursos de licenciatura e de formação inicial de professores da educação básica, de capacitação de dirigentes, de gestores e de trabalhadores também em educação básica. Tal decreto apresenta, ainda, a oferta de cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento e a constituição de um sistema nacional de educação superior à distância.

Como já asseguramos, anteriormente em Silva (2011, p.175),

Certamente, os aprofundamentos do processo de oferta da EaD, tanto na esfera pública quanto na privada, agradam, em muito, os empresários da educação e os de venda de produtos de informática e de serviços de telecomunicações sobretudo de internet.

Mediante o discurso oficial da Organização das Nações Unidas (ONU), UNESCO e de outros organismos internacionais e nacionais chamando a sociedade para a participação ativa na educação, sob a afirmação de que todos têm que ser envolvidos no processo de “Todos pela Educação”, ressaltando-se, desse modo, os novos paradigmas, é importante perguntar: Como é o processo de intervenção dos organismos internacionais no processo educacional brasileiro? Em que medida as políticas públicas educacionais para a formação de professores sofrem interferência dos organismos ideológicos da educação internacional? Quais as características que definem a participação do conjunto de empresários no compromisso de almejar uma “sociedade democrática, cidadã e de direito”?

Mediante isso, como os desdobramentos da crise irão intervir nas relações estabelecidas entre as Conferências de Educação para Todos (EPT) e as políticas educacionais brasileiras fazendo se entrecruzarem para definir a EAD como educação mínima a classe trabalhadora? Que consequência na formação de professores via EAD se expressa na legislação educacional?

Dentro do cenário nacional, se serve o aparato internacional, promulgando várias leis com o fim de atender às demandas exigidas a partir de 1990, emanadas, por sua vez, das determinações do Programa de Educação Para Todos (EPT), que foram decisivas na formulação da legislação e das políticas educacionais brasileiras a exemplo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF, 1996), e de seu substituto, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB, 2006). O instrumento de investimento vigente na educação brasileira é o Fundeb, que incluiu em seu financiamento as modalidades de ensino, dentre elas a EAD.

As análises de autores, tais como Mészáros (2008), Jimenez (2010) e Mendes Segundo (2005), apontam que no cenário da profunda crise do capitalismo, o Estado, que integra o sistema sociometabólico do capital, é reconfigurado para o capital retomar o crescimento, acumulação e expansão, provocando a privatização do Estado. A educação, sob essa lógica, é fortemente atingida pelos ideólogos neoliberais que modificam a função social da educação, transformando-a em uma mercadoria necessária ao capital em crise.

Deste modo, podemos aferir que a EAD reforça a TCH, direcionando os problemas para os trabalhadores, reproduzindo a ideologia da falta de qualificação para o mercado de trabalho. A EAD surge com o discurso de corrigir a qualificação dos indivíduos, oferecendo, contudo, uma formação mínima e aligeirada, de modo que seja, conforme Jimenez (2010, p.20) pautada no “reducionismo na formação”.

Na continuidade desse raciocínio, Jimenez elucida, a respeito da educação:

Deslocada dos lócus vivos da universidade, do ambiente concreto da academia, toma o lugar dos processos de apropriação teórico-prática de conteúdos científico-pedagógicos sólidos e abrangentes, com o

concurso cotidiano de professores, uma formação jogada à sorte dos pacotes tecnológicos, prontamente descartáveis, comprados no mercado da educação virtual, no qual concorrem, a propósito, conglomerados empresariais de peso, ávidos por aventurar-se nesse lucrativo ramo de negócios. (JIMENEZ, 2010, p.20).

Presenciamos que, nessas últimas quatro décadas do século XX, o capitalismo situa-se em sua fase mais desenvolvida, com expressivo avanço da indústria das comunicações e da informática. Vivenciamos, entretanto, a crise mais profunda e irreversível do capital, representada pela queda tendencial da taxa de lucros. Estas ações provocaram desdobramentos em todas as esferas da sociedade, de uma forma que Mézáros (2009) caracterizará como “Crise Estrutural do Capital”, como podemos verificar na Tabela I, a seguir:

Tabela I - *As Gerações da EAD e seus mecanismos de transmissão da educação*

Geração	Tecnologia	Características
1ª Geração	Impressa	Estudo por correspondência com o uso de material impresso. Estudo independente.
2ª Geração	Teleducação	Uso de rádio e televisão. Aulas gravadas e distribuídas em formato de videotapes, fitas cassetes e/ou satélites.
3ª Geração	Universidades Abertas	Universidade Aberta (Open University) do Reino Unido como modelo. Nova modalidade de organização da tecnologia e de recursos humanos, conduzindo a novas técnicas de instrução e a uma nova teorização da educação. Uso de guias de estudo impressos e orientação por correspondência, transmissão via rádio e televisão, audiotapes, conferências por telefone e biblioteca local. Orientação de alunos e discussões em grupo.
4ª Geração	Teleconferência	Uso de redes por satélite com áudio, vídeo e computador em tempo real. Utilizada, principalmente, em treinamento corporativo.
5ª Geração	Internet/Web	Uso de classes virtuais on-line com base na internet e na aprendizagem colaborativa. Textos, hipertextos, áudio e vídeo em uma única plataforma de comunicação.

Fonte: Adaptado de MOORE, Michael G. e KEARSLEY, Greg. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

Dito isto, parafraseando Mendes Segundo (2005, p.39), nesse momento de crise estrutural da sociedade capitalista, a educação é um “instrumento político-ideológico e financeiro, na tentativa da superação da crise do capital”. As reformas educacionais implementadas em um conjunto de ações na ótica lúcida do sistema assumem um discurso de caráter mistificador, sendo, portanto, necessárias para administrar as contradições imanentes do capitalismo.

Com a reconfiguração do cenário econômico – o modelo de desenvolvimento neoliberal –, a reforma da educação se dá principalmente pela proposição de um “novo paradigma” de conhecimento, visando a sua adequação ao cenário cultural e econômico estabelecido, posto que segundo esse ideário, é preciso reproduzir a necessidade de desenvolver no espírito humano a capacidade de resolver problemas, de ser criativo e de ser flexível, para sobreviver aos desafios postos pela pós-modernidade.

O financiamento na formação de professores nos cursos de licenciatura ofertados na modalidade EAD é difundido pelo governo brasileiro, em Planos Nacionais e em Leis, o que é claramente determinado pelos organismos internacionais, que possui a EAD como lócus privilegiado para a formação de professores. Estima-se, segundo dados do Ministério da Educação (MEC), no ano de 2013, mais de 40% das matrículas em graduação EAD eram em cursos de licenciaturas. O discurso é o de solucionar a falta de professores, formando profissionais para a sala de aula. Resulta disso, porém, o princípio da formação desqualificada e a garantia da redução de custos. Informa-nos o autor que

Percebe-se uma política de desvalorização do magistério na análise do cumprimento de expansão do ensino superior, à medida que se observa a precária formação recebida pelo docente na EaD por haver profissionais igualmente precarizados em seu ofício de ensinar, o que não contribui para melhorias em suas condições de trabalho (SILVA, 2011, p.176).

A Universidade Aberta do Brasil (UAB), criada em 2005 pelo Ministério da Educação (MEC), corresponde ao principal agente de negócios do governo brasileiro a partir de determinações mais abrangentes do capital. A UAB consiste num mecanismo utilizado pelo capital em parceria com o governo para implementar suas políticas devastadoras que embasam a formação aligeirada de nível superior, sobretudo e a formação de professores, com o discurso rasteiro e superficial de resolver os problemas da educação e da sociedade. De acordo com Silva (2011, p. 174), “A UAB cumpre o papel de articular políticas econômicas e sociais para popularizar a EaD e naturalizar a oferta de cursos superiores a distância e semipresenciais na esfera privada com lastro do governo”.

Ampliar o acesso à educação superior é uma das propostas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano Nacional de Educação (PNE). A principal alternativa apresentada hoje não propõe a criação de uma nova instituição de ensino, mas, sim, a articulação das já existentes, rebaixando exacerbadamente os custos. Tem-se a economia de recursos financeiros, com isso, há a possibilidade de que novos investimentos sejam feitos, para contribuir com o aumento do número de matrículas, aumento esse constatado durante o processo de efetivação da UAB.

Dentro de todo o processo de reforma educacional brasileira, a ideologia da democratização é muito forte, e atinge a consciência da classe trabalhadora, causando uma má compreensão de todo o processo em vigor. Contudo, esse determinante enigmático do sistema metabólico do capital é, conforme aponta Mészáros (2008, p.44), “assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias, as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema”, ou seja, internalizar em cada pessoa o posicionamento do capital, tendo como fim último que esse possa imaginar que seus pensamentos são verdadeiramente seus.

Coadunando-nos com Mészáros (2008), temos que reivindicar uma educação plena para toda a vida, não sendo possível de ser feita sem desafiar as formas atualmente dominantes de internalização, fortemente consolidadas a favor do capital pelo próprio sistema educacional formal.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer às Necessidades Básicas de Aprendizagem (1990); o Marco de Ação de Dakar (2000); a Declaração de Nova Delhi (1993) e a Declaração de Brasília (2004). Como consequência dos documentos elencados, brotam recomendações para EAD e formação de professores tendo estratégias para alcançar os objetivos e metas propostas de EPT, bem como os aspectos ligados à dita qualidade da educação.

Temos, ainda, como os estudos sobre o papel do Banco Mundial nas reformas educacionais, realizados por Mendes Segundo (2005) e Leher (1998), que constata a sua atuação em prol da diminuição da pobreza e da sustentabilidade econômica nos países pobres, ao delegar à educação a responsabilidade de solucionar o caos social e as intensas desigualdades produzidas no seio do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos apontar que no contexto da crise estrutural do capital, é reforçado a necessidade de formar professores prioritariamente pela EAD, avigorando a manutenção da crise estrutural na educação, e com isso, o imperativo do capital para salvaguardar seus interesses, com o aporte do Banco Mundial nas Conferências Mundiais de Educação para Todos (EPT), implementando a formação rasteira e aligeirado do professor, para educar os filhos da classe trabalhadora.

Vivenciamos, ainda, uma intensificação de reformas na gestão das Instituições de Ensino Superior (IES) sob as bandeiras de mercantilização, competitividade e inovação tecnológica. Na análise da EAD, em que a década de 1990, representa o período em que o Banco Mundial impõe aos países pobres, políticas e reformas educacionais, no ajustamento a estratégias do capital em crise estrutural, as políticas oficializam a EAD, atribuído o papel de universalização do ensino, atrelada a utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), prioritariamente com o uso da

internet, proporcionando um avanço extremo na EAD, nas IES privadas e expansão desta modalidade nas IES públicas, segundo os próprios dados estatísticos do Censo 2013 da ABED.

Destarte, torna-se imprescindível para a expansão da EAD, sucessivas legislações que visam não apenas o seu fortalecimento, mas a sua predominância como política educacional, sobretudo nos cursos de licenciaturas.

A nova função assumida pela universidade brasileira de educar a distância, com base nos preceitos da autonomia, da sociedade democrática e na universalização do ensino superior, corrobora para o processo que passa a educação mundial, consolidando o mercado da educação, mediante a venda de pacotes de educação superior, associando a isso a negação do conhecimento à classe trabalhadora. Sendo que a Organização Mundial do Comércio (OMC) busca romper as barreiras possíveis entre os países membros no tratamento da educação como massificação da mercadoria necessária a recuperação das taxas de lucro na economia capitalista, da crescente taxa tendencial de utilidade e obsolescência da mercadoria, que ativa a rotatividade dessa mercadoria da informação.

Tendo como critério as experiências internacionais, a EAD agrega uma série de benefício ao Estado e ao setor privado, contudo, a classe trabalhadora é quem mais vivencia dificuldades em adaptação de absorver conhecimentos nessa fortificação da modalidade de ensino, sobretudo por apresentarem elevadas dificuldades na leitura e interpretação correta de um texto. Assim, a EAD foi, aos poucos, sendo construída na política educacional brasileira e sua regulamentação se deu em parceria com o setor público ao privado.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB), alinhada à EAD, conseguiu expandir, a partir da década de 1990, no quantitativo de oferta de vagas e matrículas, números muito altos, se comparados ao tempo de exigência na legislação brasileira como modalidade educacional.

Considerada a política de democratização do ensino, faz-se necessário compreender em estudos futuros os seus desdobramentos na educação do ensino superior em paralelo crescente de precarização onde a classe trabalhadora tem uma clara redução dos postos de trabalho, aumentando da jornada de trabalho, agora não mais pelo tempo cronometrado, mas sim porque o trabalhador exerce várias funções ao mesmo tempo.

A TCH atrelada a ideologia da EAD, responsabilizam o não aprender e falta de vaga no mercado de trabalho aos próprios trabalhadores por não terem educação adequada e pela estagnação no exército de desempregados. A Universidade pública brasileira, vivencia, neste ano de 2015, mais uma greve de professores, contudo, na EAD não existem registros históricos de qualquer movimento equivalente, assegurando assim, como os caixas eletrônicos bancários conhecidos como 24h a continuidade de seus serviços mesmo em cenários de agravamento de perdas dos trabalhadores, portanto, a EAD é a modalidade idealizada pelo o sistema capitalista que reduz o número necessário de contratações de trabalhadores para a produção e disseminação de conhecimento historicamente sistematizado, reproduzindo sobre intenso controle ideológico a concepção de um educação voltada, exclusivamente para formação de mão-de-obra que possam reproduzir a sociedade do conhecimento, ou melhor, do capital.

REFERÊNCIAS

ANPED. ANPEd-Documento: Por um plano nacional de educação (2011-2020) como política de Estado. Rio de Janeiro. 2010.

BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS. Tramitação do PL 8035, 2010. Disponível em: www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116, acessado em 28/07/2012.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 1/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de

abril de 2001. Seção 1, p. 12. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/CES0101.pdf>, acessado em 21/02/2015.

BRASIL, DECRETO Nº 1.917, DE 27 DE MAIO DE 1996. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d1917.pdf>, acessado em 21/02/2015.

BRASIL, INEP, Divulgação do censo da educação superior 2013. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2014/principais_resultados_censo_2013.xls. Acessado em 26/02/2015.

BRASIL, INEP. Censo da educação superior 2012: resumo técnico. – Companhia Editora Nacional 2014. Disponível em http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf. Acessado em 26/02/2015.

BRASIL, MEC, SEED, PORTARIA MEC nº. 335, de 6 de fevereiro de 2002. Disponível em <http://www.nead.ufsj.edu.br/portal/images/docs/comead.pdf>. Acessado em 23/02/2015.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, PORTARIA NORMATIVA Nº 40, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007. Disponível em http://www.prograd.ufscar.br/enade/Portaria_Normativa_40-2007_atual_redacao.pdf, acessado em 24/02/2015.

BRASIL. Lei 9394/96, de 20/12/1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

BANCO MUNDIAL Ensañanza Superior – Las Lecciones derivadas de la Experiência, Washington, 1994.

BANCO MUNDIAL. Construir Sociedades de Conocimiento: Nuevos Desafios para la Educación Terciaria, Washington D. C. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. 2003.

BANCO MUNDIAL. Prioridades y estratégias para la educación. Washington D. C. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. 1996.

FRERES, H. de A. A Educação e a Ideologia da Empregabilidade: formando para o (des) emprego. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – FACED/UFC, 2008.

JIMENEZ, S. V., SOARES, R., CARMO, M., PORFIRIO, C.(org.). *Contra o pragmatismo e a favor da filosofia da práxis: uma coletânea de estudos classistas*. Fortaleza: EDUECE, 2007.

JIMENEZ, S. V., ROCHA, A. R. M. *Educação a venda: sucesso e cidadania na medida do seu bolso*. In: JIMENEZ, Susana V. SILVA, Marcus F.A. (orgs) *Políticas públicas e reprodução do capital*. Fortaleza: Ed. UFC, 2007.

JIMENEZ, Susana V.; MENDES SEGUNDO, M. das D. *Erradicar a pobreza e reproduzir o capital: notas críticas sobre as diretrizes para a educação no novo milênio*. *Cadernos de Educação*. Pelotas, Editora da UFPEL, Ano 16, N. 28, Jun 2007, p. 119 - 138.

Legislação brasileira sobre educação [recurso eletrônico]. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 358 p. – (Série legislação; n. 94). Disponível em <http://www.abed.org.br/documentos/ArquivoDocumento.440.pdf>. Acesso em 22/02/2015.

LEHER, Roberto. *Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “Alívio” da Pobreza*. 1998. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP. São Paulo, 1998.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 31ª ed. 2013.

MARX, K., ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 1º ed. 2008.

Marxismo, educação e luta de classes: pressupostos ontológicos e desdobramentos ideo-políticos. Organização Susana Jimenez, Jackline Rabelo, Maria das Dores Mendes Segundo – Fortaleza:EdUECE,2010.

_____. FRERES, Helena. RABELO, Jackline. MENDES SEGUNDO. *Governo e empresariado: A grande aliança em prol do mercado da Educação para Todos*.

_____. Jimenez, S. *A política educacional brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): Uma crítica para além do concerto democrático*.

_____. PIMENTEL, Edlene. A crises estrutural do capital e a ativação dos limites absolutos: algumas reflexões sobre o desemprego crônico.

MENDES SEGUNDO, M. das D. O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil: o Fundef no centro do debate. (Tese de Doutorado) Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira, FAGED-UFC. 2005.

MENDES SEGUNDO, M. das D. O Banco Mundial no comando da educação dos países periféricos. In Rabelo, Jackline (org.): Trabalho, educação e a crítica marxista. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

_____. O Banco Mundial no Comando da Educação dos Países Periféricos. In: RABELO, J.; FELISMINO, S.C. (Org.) - Trabalho, Educação e a Crítica Marxista. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

MÉSZÁROS, I. A Crise Estrutural do Capital. In. Revista Outubro. N. 4, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 1998.

MÉSZÁROS, I. A Crise Estrutural do Capital. São Paulo, Ed. Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, I. A Educação para Além do Capital. São Paulo, Ed. Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I, Para além do Capital. São Paulo. Ed. Boitempo, 2011. Disponível em, <https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf?1350933922>. Acessado em 10.09.2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - Unesco. Relatório de Acompanhamento Global da EPT, 2003/4. Versão resumida – Gênero e Educação para Todos: o salto rumo à igualdade – Relatório Conciso – Disponível em: <www.unesco.org.br. Acesso em: 30.01.2015.

ORGANIZACOES DAS NACOES UNIDAS PARA A EDUCACAO, CIENCIA E CULTURA – UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos (Conferência de Jontiem). Tailândia; UNESCO, 1990.

RABELO, J.; MENDES SEGUNDO, M. das D.; JIMENEZ, S. Educação para todos e reprodução do capital. Revista Trabalho Necessário, Niterói: UFF, ano 7, n. 9, p. 1-24, 2009. Disponível em: < <http://www.uff.br/trabalhonecessario/imagens/TN09%20JIMENEZ,%20S.%20et%20al.pdf> >. Acessado em: 07/02/ 2015.

SANTOS, G., JIMENEZ, S., VIANA, C. M. Q. Q., RABELO, J. (Org.) Educação Pública, formação profissional e crise do capitalismo contemporâneo. Fortaleza. Ed. EDUECE, 2013.

SANTOS, G., COSTA, F., JIMENEZ, S., (Org.) Ontologia, Estética e crise estrutural do capital. Fortaleza. Ed. EDUECE, 2012.

_____ SANTOS, G., COSTA, F. A crise estrutural do capital: o verdadeiro mal-estar da contemporaneidade. Fortaleza. Ed. EDUECE, 2013.

_____ RABELO, J., MENDES SEGUNDO, M das D., JIMENEZ, S., CARMO, M. A produção destrutiva como princípio da lógica expansionista do capital em crise. Fortaleza. Ed. EDUECE, 2013.

SILVA, S. A da. Educação à Distância e Universidade Aberta do Brasil: quando a mercantilização do ensino e a precarização da docência alcançam um novo ápice? Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – FACED/ UFC, 2011.

UNESCO. Aprender sin Fronteras: superar las barreras de espacio, tiempo, edad e circunstancias. sd. Mimeo. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001021/102195sb.pdf>. Acessado em 01/03/2015.